

OPINIÃO

1964, uma reflexão



JARBAS PASSARINHO
Foi ministro de Estado, governador e senador



Artes: F.Lopes/CBDA Press sobre imagens do livro O Exército na história do Brasil, volume III — Biblioteca do Exército

O reitor Jacques Dehaussy, da Universidade de Dijon, na França, ao fim dos anos 70 do século passado, presidiu simpósio sobre o Papel Extramilitar das Forças Armadas no Terceiro Mundo. Cientistas políticos e mestres universitários dedicaram-se ao exame da incidência dos golpes de Estado no Terceiro Mundo, violando a subordinação dos militares ao poder civil. Ainda que os *Anais de Tácito* não se prestem a tirar conclusões sociológicas de todos os eventos por ele vividos na decadência do Império Romano, distinguem-se as modalidades das intervenções, segundo o epílogo do simpósio. As mais arcaicas originam-se do caudilhismo, das ditaduras puramente pessoais, ou da defesa dos privilégios da profissão. Outras — reconheceram os participantes do estudo do tema — responderam ao apelo vindo de fora dos quartéis, dos civis que invocaram a consciência dos militares, ou a impaciência deles para com os desmandos do poder civil.

Participei de dois golpes de Estado, um como tenente, cumprindo ordem superior, e outro coordenando-o como tenente-coronel, no Pará. No primeiro, depusemos o ditador Getúlio Vargas, em 1945. O poder civil não se fez respeitado, mas logo restabelecido na subordinação por ele ditado a Dênis de Moraes, da sua grei. Revela, ademais, que Jango, em plena expansão do comunismo internacional, "até já compreendia o papel que exercia a União Soviética".

Fixamo-nos no plano de resistência ao que um comunista, que uma dezena de generais que lhe seriam leais. Prestes diz que nunca foi apresentado aos generais, mas que "Jango se enganava com eles, pois lhe conhecia a postura anticomunista".

A desordem civil e a amotinação dos militares graduados já ficarão com o presidente, traíndo a Constituição, ou defenderão as instituições e a pátria". O prestigioso jornal *Estado de Minas* se antecipara. A 18 de março, alertava: "A sorte está lançada. Ninguém tem mais o direito de iludir-se. Abrem-se agora dois ca-



CIRCE CUNHA
visto, lido e ouvido

Desde 1960

aricunha@diariosassociados.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@diariosassociados.com.br

Golpe interrompido

Nesta data, em 1964, o Brasil pegava fogo. João Goulart armava a mudança do regime. O comunismo ameaçava o país. Em São Paulo, surgiu movimento comandado pelas senhoras católicas. Saíram às ruas protestando contra o desvio para onde o Brasil estava sendo dirigido. O movimento chegou a outros estados. Mostrava a revolta em que vivia o povo. O comunismo não tinha vez. Era contra o que pensam ainda hoje os brasileiros. As Forças Armadas seguiram a tradição de paz. Apareceram com valor. Assim foi evitada a entrada do Brasil no caminho aberto por outros povos. Instituiu-se o governo militar. O presidente escolhido para substituir Jango foi Castello Branco. Homem de liderança nas Forças Armadas, prontificou-se a terminar o mandato interrompido. Ficou mais um ano por determinação da massa e da força. O projeto era devolver a democracia ao Brasil. A revolução durou 20 anos, sufocando até guerrilha no Araguaia. O país não vive mais a agonia. A história é contada fora da verdade. Derrotados ganharam em dinheiro o "patriotismo" do gesto. Foi prêmio aos porcos que mataram jovens com a farda militar para roubar armas. Esses mortos escreveram a história com dignidade.

A FRASE QUE NÃO FOI PRONUNCIADA

"Abaixo o preconceito!"

Dona Marisa, defendendo os "galegos" do marido.

restabelecido na subordinação dos militares ao Supremo, para presidir a redemocratização do país. O general José Pessoa, em nome do Exército, foi à casa do ministro José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, e em nome das Forças Armadas convidou-o a assumir o governo e convocar eleições, que logo se realizaram.

O segundo golpe proveio do “apelo dos civis à consciência dos militares” para com os desmandos do governo e uma ameaça, em plena guerra fria, de aliança do governo com os comunistas. No Pará, onde eu servia, havia-nos preparado para prevenir um autogolpe de Jango, aliado a Prestes, intentando o estado de sítio e a reforma arbitrária da Constituição, enquanto paralelamente Leonel Brizola pregava o fechamento do Congresso. A aliança com o PCB, de que Prestes era o primeiro-secretário, conta-a Luiz Carlos Prestes no livro *Prestes, lutas e autocríticas*,

tência ao que um comunista, que não deforma a história, denominou de pré-revolução, com apoio dos líderes sindicais e dos sargentos. Em Brasília, sargentos da Aeronáutica e da Marinha, armados, tomaram, em setembro de 1963, o quartel dos fuzileiros, ocuparam os ministérios e os órgãos de comunicação. Travaram luta com tropas do Exército, com mortes, até se renderem. Em março de 64, outro motim. O dos marinheiros no Rio de Janeiro. Os fuzileiros navais que, de ordem do ministro da Marinha, foram mandados para prendê-los, solidarizaram-se com os amotinados. O presidente aceitou a demissão do ministro e o substituiu por outro simpático aos revoltosos.

A disciplina e a hierarquia, pilares de qualquer força armada, desmornadas transformaram os amotinados em bandos armados prestigiados pelo próprio presidente da República. No livro de Prestes, há uma passagem em que Jango quis apresentar-lhe

ção dos militares graduados já eram parte da disputa pelo poder. Que mais faltava para conquistá-lo? A imprensa, com a única exceção da *Ultima Hora*, clamou pelo afastamento do presidente Goulart. No Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã*, no dia 30 de março, clamava, na primeira página: “O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora basta!”. No dia seguinte: “Só há uma coisa a dizer ao senhor João Goulart: saia!”. O *Correio* não estava só. O *JB*, em editorial, levanta a suspeita de ameaça comunista: “Quem quisesse preparar um Brasil nitidamente comunista não agiria de maneira tão fulminante quanto o sr. João Goulart a partir do comício de 13 de março”.

Da mesma ameaça trataram editoriais de *O Globo*. A *Folha de S. Paulo*, em face do comício, em que as bandeiras da foice e martelo desfilavam na frente do palanque de Goulart, desafiava: “Resta saber se as Forças Armadas

dir-se. Abrem-se agora dois caminhos ao Brasil: a democracia e o comunismo”. Em São Paulo, a passeata “com Deus e pela Liberdade”, liderada pelas mulheres contou com quase 1 milhão de civis e religiosos. Goulart, no auge da agitação e da falência da disciplina militar, proferiu, dia 30 de março, exaltado discurso no encontro com um milhar de sargentos, que o homenageavam no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Prestes comenta no livro: “Qual é o oficial do Exército que vai ficar tranquilo sabendo que o presidente da República se dirige, naquela linguagem, aos sargentos?”. Jango detonou a contrarrevolução, apoiada maciçamente pelo povo. Não houve um só tiro disparado.

São passados 45 anos. Hoje, a contrapropaganda da esquerda ousa negar provas indelévels. A verdade incomoda e a isso não voltarei. É inútil convencer mitômanos, a serviço dos resíduos do comunismo fracassado.

Jornalista, só com diploma

SÉRGIO MURILLO DE ANDRADE

Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)

Em 1964, há 45 anos, na madrugada de 1º de abril, um golpe militar depôs o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura de 21 anos no Brasil. Naquela época, todos os setores, inclusive o jornalismo, e liberdades democráticas foram atingidas e sofreram por mais de duas décadas.

Em 2009, a sociedade brasileira pode estar diante de um novo golpe, mais direcionado que então. Desta vez, especificamente contra o seu direito de receber informação qualificada, apurada por profissionais capacitados a exercer o jornalismo, com formação teórica, técnica e ética.

A exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, em vigor há 40 anos (1969/2009), encontra-se ameaçada. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgará, também em 1º de abril, o recurso que questiona a constitucionalidade da regulamentação profissional do jornalista. O ataque à profissão é mais um ataque às liberdades sociais, cujo objetivo fundamental é desregular as profissões em geral e aumentar as barreiras à

construção de um mundo mais pluralista, democrático e justo.

É importante esclarecer: defender que o jornalismo seja exercido por jornalistas está longe de ser uma questão unicamente corporativa. Trata-se, acima de tudo, de atender à exigência cada vez maior, na sociedade contemporânea, de que os profissionais da comunicação tenham formação de alto nível. Depois de 70 anos da regulamentação da profissão e mais de 40 anos de criação dos cursos de jornalismo, derrubar esse requisito à prática profissional significará retrocesso a um tempo em que o acesso ao exercício do jornalismo dependia de relações de apadrinhamentos e interesses outros que não o do real compromisso com a função social da mídia.

A formação superior específica para o exercício do jornalismo há muito é uma necessidade defendida não só pela categoria dos jornalistas. A própria sociedade, recentemente, já deixou bem claro que quer jornalista com diploma. Pesquisa do Instituto Sensus, realizada em setembro de 2008, em todo o país, mostrou que 74,3 % dos brasileiros são a favor da exigência do diploma em jornalismo. E a população tem reafirmado diariamente

essa sua posição, sempre que reclama por mais qualidade e democracia no jornalismo.

A Constituição, ao garantir a liberdade de informação jornalística e do exercício das profissões, reserva à lei dispor sobre a qualificação profissional. A regulamentação das profissões é bastante salutar em qualquer área do conhecimento humano. É meio legítimo de defesa corporativa, mas sobretudo certificação social de qualidade e segurança ao cidadão. Impor aos profissionais do jornalismo a satisfação de requisitos mínimos, indispensáveis ao bom desempenho do ofício, longe de ameaçar a liberdade de imprensa, é um dos meios pelos quais, no Estado Democrático de Direito, se garante à população qualidade na informação prestada — base para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas.

A existência de uma imprensa livre, comprometida com os valores éticos e os princípios fundamentais da cidadania, portanto cumpridora da função social do jornalismo de atender ao interesse público, depende também de uma prática profissional responsável. A melhor forma, a mais democrática, de

se preparar jornalistas capazes de desenvolver tal prática é por meio de um curso superior de graduação em jornalismo.

A manutenção da exigência de formação de nível superior específica para o exercício da profissão, portanto, representa um avanço no difícil equilíbrio entre interesses privados e o direito da sociedade à informação livre, plural e democrática.

Somos mais de 60 mil jornalistas em todo o país. Milhares de profissionais que somente mediante a formação, da regulamentação, da valorização do seu trabalho, conseguirão garantir dignidade para a profissão, e qualidade, interesse público, responsabilidade e ética para o jornalismo praticado hoje no Brasil.

E não apenas a categoria dos jornalistas, mas toda a Nação perderá se o poder de decidir quem pode ou não exercer a profissão no país ficar nas mãos de interesses privados e motivações particulares. Os jornalistas esperam que o STF não vire as costas aos anseios da população e vote pela manutenção da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista no Brasil. Para o bem do jornalismo e da própria democracia.